

2/1

MERCADO DE TRABALHO/ENSINO SUPERIOR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Estatuto das carreiras esta semana alterado

# Ministra diz que ficarão no desemprego alguns dos jovens médicos do Internato

«O período de estágio dos jovens médicos do Internato Geral não pode ser considerado de trabalho, mesmo que disfarçado» — assegurou em Lisboa a ministra da Saúde. O decreto que altera o estatuto das carreiras médicas deverá ainda esta semana entrar em vigor, não se reafirmando que não haverá lugar nos hospitais para todos os políclínicos que no fim deste mês terminam o Internato Geral.

«São cerca de 1150, mais os 223 que não puderam entrar no último concurso, em 1984. Para estes, o ministro Maldonado Gonetia deu já garantias de emprego e esse compromisso vai ser assumido. Mas é certo que não poderemos assegurar trabalho a todos os outros» — salientou Beiza.

Leonor Beiza anunciou também que o concurso para o Internato Complementar vai abrir em breve, prevendo-se que no fim de Março os candidatos façam o exame. Relativamente aos problemas verificados com os serviços de urgência dos hospitais de Lisboa, a ministra garantiu que «as verbas necessárias para a abertura de bancos nos hospitais «Egas Moniz» e «Pulido Valente» serão desbloqueadas, e assegurados, também, os equipamentos e pessoal que se demonstrarem precisos».

O novo estatuto é motivo de apreensão para a maioria dos jovens licenciados em Medicina. É isso, porque o tão contestado texto — cuja publicação ocorrerá esta semana no «Diário da República» — ainda não foi divulgado. Segundo a ministra da Saúde, deu já origem a avisos de greve do Sindicato dos Médicos da Zona Sul e de um apelo da Ordem dos Médicos à manutenção, durante 24 horas, sexta-feira, de assistência reduzida em todos os serviços dependentes do Ministério da Saúde, o que já é do conhecimento público.

Diante — diz — a não recuar perante as ameaças, Leonor Beiza adverte que as alterações efectuadas atribuem aos jovens licenciados um subsídio no valor equivalente à remuneração que anteriormente recebiam, quando eram equiparados à letra «G» da Função Pública.

A única ministra deste Governo esclareceu que as alterações efectuadas ao Estatuto do Internato Geral «vem clarificar que os jovens licenciados não são funcionários públicos», nem estão empregados, pelo Estado, durante o tempo de estágio.

Por outro lado, «o novo estatuto garante que o período de estágio não é de um trabalho disfarçado mas sim de aprendizagem. Os jovens licenciados não estão nos hospitais para suprir dificuldades de pessoal e sim para aperfeiçoamento», afirmou.

As alterações introduzidas retiraram assim aos jovens licenciados o vínculo ao funcionalismo público

que lhes era garantido em certos aspectos no texto do anterior estatuto, mais ambíguo — referiu ainda a ministra da Saúde.

Leonor Beiza, que afirmou estranhar e não compreender o que pretende a Ordem dos Médicos ao apelar para a realização, depois de amanhã, de uma assistência reduzida nos serviços dependentes do Ministério da Saúde, acrescentou não ter aquele organismo competência para decretar medidas desse tipo.

«Vamos aguardar e procurar manter as pessoas informadas» — disse Leonor Beiza, sublinhando que «o texto do decreto-lei não alterado não foi ainda divulgado porque se estava à espera da sua promulgação».

Sobre a demora no início de funções dos jovens médicos do Internato Geral, adiado para 1 de Fevereiro, Leonor Beiza afirmou que isso se deveu à necessidade de alterar o estatuto, sublinhando que «ela não é assim tão grande. Há dois anos eles também começaram um mês mais tarde».

«Estamos a adoptar procedimentos de urgência na resolução do problema das urgências, que não se compadece com demoras de aberturas a concursos para a

realização de obras que levam dois ou mais anos a executar. É necessário utilizar processos mais expeditos», disse Leonor Beiza.

Beiza conferiu posse ao director geral dos Cuidados de Saúde Primários, Henrique de Jesus, durante cujo acto sublinhou ficar assim preenchido um lugar-chave da orgânica do seu ministério.

«Há ainda um mundo de fazer a emprender na clarificação necessária e na implantação efectiva dos centros de saúde e na articulação dos cuidados primários com os cuidados diferenciados, bem como na criação das condições para que os médicos de clínica geral sejam de médicos de família que ambicionamos» — acrescentou.

## Cavaco «obrigado» a alterar agenda

Uma delegação de jovens médicos atrasou em cerca de uma hora a tomada de posse dos corpos gerentes da Associação Académica de Lisboa (AAL) para exigir uma audiência ao primeiro-ministro, presente à cerimónia.

Cavaco Silva, que disse ter adiado o início do Conselho de Ministros para estar presente na cerimónia, recebeu representantes dos médicos recém-licenciados e de médicos com o Internato já concluído.

Carlos Salgado, representante dos jovens médicos candidatos ao Internato Geral, disse que o primeiro-ministro «garantiu um subsídio para os internos, negociado anualmente, porém sem qualquer vínculo à Função Pública ou outro subsídio».

A inexistência de mapas com o número de vagas para admissão nos hospitais, após a conclusão do Internato Geral e a definição do sistema nacional de Saúde, foram os problemas apresentados ao primeiro-ministro pelos médicos que estão a terminar o Internato Geral.

Cícilia Longo, médica da região da Comissão Regional Sul, afirmou que os médicos que terminam o Internato não têm possibilidade de competir a nível profissional com os clínicos mais experientes, pelo que exigimos que nos seja garantida a tomada a nível hospitalar.

Segundo aquela médica, o primeiro-ministro prometeu contactar a ministra da Saúde Leonor Beiza para que sejam apresentadas soluções concretas e para que haja o máximo possível de vagas nos hospitais.

## Proposta da ministra é o regresso a 24 de Abril



Responsáveis do Sindicato dos Médicos do Norte foram categorizados; acabar com o Internato Geral é o primeiro passo para destruir o decreto-lei regulador das carreiras médicas

O Sindicato dos Médicos do Norte manifestou ontem, em conferência de imprensa, a sua solidariedade para com a luta dos jovens e futuros médicos, afirmando que a proposta da ministra da Saúde é o regresso às estruturas do 24 de Abril, as quais demonstraram a sua inutilidade.

A organização alertou, também, para o facto de que com a implementação dessa proposta o Decreto-Lei 310/82, regulador das carreiras médicas, corre o risco de desmantelamento.

De facto — consideraram responsáveis daquele sindicato — o Internato Geral, embora não fazendo parte das carreiras médicas, era a base que as tornava possíveis.

É pois previsível que, eliminando-o, o resto do «edifício» venha depois abaixo, considerou o SMN que, contudo, desconhece se a legislação em estudo mexe com aspectos do funcionamento das carreiras médicas, actualmente em prática.

Desconhecimento que resulta de «spensas esbarrões» o que vem sendo publicado nos jornais, pois da parte do Ministério da Saúde existe uma total recusa de diálogo com os sindicatos dos médicos, a qual para além de pouco abonar em favor dos princípios democráticos da sua responsabilidade é inconstitucional, na medida em que, ao que consta, estarão em fase de ultimação diplomas respeitantes à legislação de trabalho dos médicos».

Poncado de trabalho

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31